

# Divisão do trabalho no século XXI: uma releitura de “O Capital” de Thomas Piketty

Geovane Ferreira Gomes

## Resumo

O livro *O capital no século XXI*, de Thomas Piketty, discute a crescente desigualdade global e propõe a taxação global da riqueza para frear o que seria um dos motores da desigualdade: uma classe de hiperexecutivos com supersalários. O objetivo deste artigo é retornar à obra uma década após seu lançamento com vistas a propor que o surgimento dos hiperexecutivos pode ser efeito da mudança na Divisão Internacional do Trabalho, ocasionada pelo advento da Tecnologia da Informação durante o período da Terceira Revolução Industrial. Para discutir a questão foram utilizados textos que analisam as teses de Piketty, uma bibliografia selecionada sobre divisão do trabalho e bases de dados. Os resultados sugerem que a concentração de empresas desenvolvedoras de bens de consumo da Terceira Revolução Industrial nos Estados Unidos da América promoveu a valorização dos executivos dessas companhias no mundo anglo-saxão e se espalhou para outras áreas do mercado, promovendo um aumento generalizado do salário dos executivos, em contraposição ao argumento baseado em questões culturais localizadas, como apontado por Piketty.

**Palavras-chave** | Desigualdade; divisão do trabalho; *O capital no século XXI*; Terceira Revolução Industrial; Thomas Piketty.

**Classificação JEL** | E25 I32 O15.

**The division of labor in the 21st century: a review of Thomas Piketty’s “The Capital”**

## Abstract

Thomas Piketty’s book *Capital in the twenty-first century* discusses growing global inequality and proposes the global taxation of wealth in order to curb one of the drivers of inequality: a class of hyper-executives with super salaries. The aim of this article is to return to the book a decade after its release in order to propose that the emergence of hyper-executives may be the effect of a change in the international division of labour, brought about by the advent of Information Technology during the Third Industrial Revolution. Texts analysing Piketty’s theses, a selected bibliography on the division of labour and databases were used to discuss the issue. The results

suggest that the concentration of companies developing consumer goods during the Third Industrial Revolution in the United States of America promoted the appreciation of the executives of these companies in the Anglo-Saxon world and spread to other areas of the market, promoting a generalised increase in executive salaries, contrary to the argument based on localised cultural issues, as pointed out by Piketty.

**Keywords** | *Capital in the twenty-first century*; division of labour; inequality; Third Industrial Revolution; Thomas Piketty.

**JEL Classification** | E25 I32 O15

### **La división del trabajo en el siglo XXI: una relectura de “El Capital” de Thomas Piketty**

#### **Resumen**

El libro *El capital en el siglo XXI*, de Thomas Piketty, analiza la creciente desigualdad global y propone la tributación global de la riqueza para frenar uno de los motores de la desigualdad: una clase de hiperejecutivos con supersalarios. El propósito de este artículo es retornar a la obra una década después de su publicación, en un intento de proponer que el surgimiento de hiperejecutivos puede ser el efecto del cambio en la División Internacional del Trabajo, provocada por el advenimiento de las Tecnologías de la Información durante el período de la Tercera Revolución Industrial. Para discutir el tema se utilizaron textos que analizan las tesis de Piketty, una bibliografía seleccionada sobre la división del trabajo y bases de datos. Los resultados sugieren que la concentración de empresas que desarrollan bienes de consumo de la Tercera Revolución Industrial en Estados Unidos impulsó la valorización de los ejecutivos de estas empresas en el mundo anglosajón y se extendió a otras áreas del mercado, promoviendo un incremento generalizado del salario de los ejecutivos, en contraposición al argumento basado en cuestiones culturales localizadas, como señaló Piketty.

**Palabras clave** | Desigualdad; división del trabajo; *El capital en el siglo XXI*; Tercera Revolución Industrial; Thomas Piketty.

**Clasificación JEL** | E25 I32 O15.

#### **Introdução**

Há pouco mais de uma década, Thomas Piketty lançou seu livro *O capital no século XXI*, no qual apresenta como problema central do capitalismo contemporâneo o aumento da desigualdade, que é observada de maneira crescente desde o final dos anos 1970.

O autor indica que, a partir desse período, apareceram tipos que ou não existiam ou que haviam perdido importância após o fim das guerras mundiais: os superexecutivos, isto é, profissionais que ganham salários muito acima da média do

mercado de trabalho; o ressurgimento de herdeiros, derivado de um processo de maturação de riquezas que ocorre desde o pós-Segunda Guerra Mundial; e uma mescla desses dois vetores. Esses agentes se descolam do restante da população, pois são impulsionados por um rendimento global do capital maior que o índice de crescimento econômico, recriando uma classe de rentistas. A solução, então, seria frear esse crescimento por meio de um imposto mundial sobre o capital.

Neste texto, discutiremos um dos pontos levantados por Piketty (2014) como causa do aumento da desigualdade: o surgimento dos superexecutivos. Uma releitura do livro nos permite, agora, tecer algumas críticas sobre a questão. Como procuraremos demonstrar, o surgimento dos superexecutivos teria sido a consequência de uma causa estrutural por trás do aumento da desigualdade nos países centrais do capitalismo ocidental.

A causa fundamental que será aqui discutida, na única intenção de contribuir com a temática tão magistralmente colocada por Piketty, relaciona-se a uma mudança na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que se estabeleceu entre o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 e que é fortemente relacionada à mudança tecnológica derivada do advento da Terceira Revolução Industrial, a da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A dificuldade maior de expor qualquer crítica a Piketty e ao seu livro deriva da própria magnitude de sua obra: um texto de quase 700 páginas em letras miúdas, com séries temporais seculares e fortemente embasadas em teorias robustas, o que as torna quase imunes a críticas. Para tal desafio, utilizaremos a estratégia metodológica adotada pelo próprio Piketty: apesar de muitos números apresentados no decorrer da obra, ele alicerça sua explicação numa dimensão mais próxima do social do que da questão econômica *stricto sensu*. De antemão, enfatizamos a importância da obra de Piketty e destacamos que as críticas aqui pontuadas visam, apenas, trazer uma contribuição modesta à discussão do tema.

Dito isso, o objetivo deste artigo é reler “O Capital” de Piketty, tomando como ponto de partida a questão da formação dos supersalários como um dos motores do aumento da desigualdade, e contribuir com a discussão apresentando outro fator: a nova DIT estabelecida no final do século XX. Para tanto, apresentaremos elementos que nos permitem indicar que ao menos parte da formação desses supersalários estaria ligada não a questões culturais do mundo anglo-saxão, como originalmente proposto por Piketty, mas aos desdobramentos da DIT em escala global. Entendemos que tal discussão se justifica, primeiramente, para jogar mais luz sobre a questão e, em segundo lugar, para pensar ações complementares voltadas à redução da desigualdade.

Para atingir esse objetivo, faremos um inventário dos achados de Piketty, seguido de uma análise de comentadores de sua obra para verificar se é feita alguma menção à mudança na divisão do trabalho. Na sequência, discutiremos como o conceito de divisão do trabalho vem sendo tratado desde a economia clássica com Adam Smith,

que servirá de base para nossos argumentos a respeito da importância da DIT no estabelecimento de uma crescente desigualdade no mundo contemporâneo. Como metodologia, utilizaremos o texto de Piketty (2014), artigos que discutem o tema, levantamento bibliográfico para conceituar a DIT e pesquisa em base de dados a respeito da importância das empresas no mundo contemporâneo para medir o efeito da mudança na DIT.

## Os achados de Piketty

Piketty (2014) analisa a evolução da desigualdade por meio de séries de longa duração. Para isso, estabelece dois indicadores fundamentais: a participação dos 10% mais ricos na renda nacional dos Estados Unidos da América (EUA) e a relação capital/renda na Europa Ocidental, representada por Alemanha, França e Reino Unido. Esses indicadores decresceram ao menor nível histórico no século XX como efeito das guerras mundiais, porém, a participação dos 10% mais ricos na renda nacional dos EUA tem crescido desde 1970 e ultrapassou o maior valor histórico já observado (Piketty, 2014, p. 31)<sup>1</sup>. Além disso, a relação capital/renda na Europa Ocidental, indicador que mede a concentração de capital, tem crescido desde 1950 (Piketty, 2014, p. 32)<sup>2</sup>. Assim, resta identificar as causas desse fenômeno, o que é deduzido a partir de duas equações.

Inicialmente se trata do que Piketty (2014) chama de Primeira Lei Fundamental do Capitalismo, que indica que a participação da renda do capital na renda nacional é diretamente proporcional à taxa de remuneração do capital e à relação capital/renda. A segunda equação, chamada pelo autor de Segunda Lei Fundamental do Capitalismo, aponta que essa relação capital/renda é diretamente proporcional à poupança de um país e inversamente proporcional ao crescimento da economia.

A partir dessas duas leis, é possível compreender o que Piketty (2014, p. 32) chama de “força fundamental de divergência<sup>3</sup>”, que se manifesta quando a taxa de remuneração do capital é maior que o crescimento da economia. Isso fica caracterizado pela expressão “ $r > g$ ”, em que “ $r$ ” indica a rentabilidade do capital e “ $g$ ”, o crescimento da economia. Quanto maior “ $r$ ” diante de “ $g$ ” maior a desigualdade.

Feito isso, Piketty (2014) observa que entre 1950 e 1970, período coberto pelos chamados “30 Gloriosos”, anos de grande desenvolvimento da economia ocidental,

---

<sup>1</sup> Essa informação está presente no Gráfico I.1 do livro

<sup>2</sup> Essa informação está presente no Gráfico I.2 do livro.

<sup>3</sup> No vocabulário pikettyano, “divergência” indica desigualdade e “convergência”, redução da desigualdade.

ocorreu, nos países de capitalismo desenvolvido, a maior taxa de crescimento da produção por habitante desde a Primeira Revolução Industrial. Esse crescimento, associado a um baixo rendimento do capital, teria levado à diminuição da desigualdade e criado as bases para o surgimento de uma classe média patrimonial, algo nunca ocorrido na história e que foi possível porque, nesse período, não se encontrava presente a força de divergência “ $r > g$ ”.

Um crescente aumento da desigualdade, por conseguinte, coloca em risco essa conquista. Piketty (2014) indica quais seriam os motores do ressurgimento da desigualdade: a existência de uma sociedade hiperpatrimonial, formada por rentistas impulsionados por um rendimento do capital maior que o do crescimento da economia; a presença de hiperexecutivos, indivíduos cujas rendas oriundas do trabalho são muito maiores que a da maioria da população, e uma simbiose entre essas formas. Nossa análise se concentrará na questão da formação dos hiperexecutivos, trazendo pontos que podem ajudar a compreender melhor o fenômeno.

A existência dos supersalários dos hiperexecutivos é localizada por Piketty (2014) quando verifica a composição das rendas da camada mais rica da população. Nos EUA, uma parte da renda dos mais ricos no início do século XXI é originada a partir das rendas do trabalho, e não apenas das rendas do capital, como era há quase um século. Detecta-se, assim, uma mudança na face da riqueza, antes composta basicamente por proprietários, e hoje também por indivíduos que se tornaram ou permanecem ricos a partir do trabalho. Nada impede que esses executivos se tornem também rentistas, o que validaria a tese da simbiose entre a sociedade hiperpatrimonial e a dos hiperexecutivos.

Piketty (2014) descarta que o surgimento dos supersalários estivesse ligado a desigualdades educacionais, pois não considera plausível a ideia de que esses indivíduos tivessem uma produtividade marginal tão acima dos demais, tampouco que essa produtividade tivesse sido conquistada por meio de um conjunto de qualificações que justificasse o surgimento dessa classe. Ainda que a educação seja força de convergência, afirma o autor que “Esse modelo teórico, fundado na ideia de que o salário é sempre perfeitamente igual à produtividade marginal do assalariado e depende, antes de tudo, de sua qualificação, contém inúmeras limitações” (Piketty, 2014, p. 299). Além disso, é enfático ao apontar que “investir na formação nem sempre é suficiente” (Piketty, 2014, p. 299).

Como o fenômeno dos supersalários é típico do mundo anglo-saxão, não seria explicado por causas gerais e universais, como a mudança tecnológica, que afetou um número maior de nações que não acompanharam o crescimento dos salários como ocorreu nos EUA. Piketty (2014, p. 313) rejeita a ideia de que a tecnologia influenciou a diferença de desigualdade entre países ao afirmar que “a mudança tecnológica foi a mesma por quase toda parte: em particular, as tecnologias da

informação afetaram todos”. Como não houve variações significativas entre as produtividades desses países, o autor considera essa explicação improvável.

A explicação que Piketty (2014) propõe para o surgimento desses supersalários é cultural, ou seja, os salários dos superexecutivos passaram a ser definidos na esfera dos *boards* das organizações e, portanto, foram arbitrados pelos próprios participantes em vez de calculados a partir de produtividades marginais. Os salários seriam definidos pelos próprios executivos, algo aceitável em sociedades nacionais como os EUA. Vale notar, nesse ponto, a ênfase que Piketty dá a uma causa cultural para justificar o aparecimento dos supersalários.

Para explicar a desigualdade de riqueza que levou ao surgimento de sociedades hiperpatrimoniais, Piketty (2014) recupera historicamente a formação das grandes riquezas. Lembra que é um processo que perpassa gerações, décadas – ou mesmo séculos – e que a destruição da riqueza nas guerras mundiais, associada ao rejuvenescimento da população no pós-guerra, havia bloqueado a transmissão de heranças.

Desde então, muito da riqueza já foi reconstruída e passa a ser transmitida como herança na medida em que essa geração vai falecendo. O impulso à desigualdade reside no fato de as taxas globais de crescimento terem se estabilizado no final do século XX em patamares abaixo do pós-guerra, concomitantemente com um aumento do retorno do capital. Como grandes fortunas têm maior rentabilidade, quanto mais dinheiro entesourado, mais rentável ele será, distanciando os que têm muito dos que pouco têm (Piketty, 2014).

Dante disso, o aumento da desigualdade observado desde o final dos anos 1970 originou-se a partir de um sistema hipermeritocrático não estabelecido por meio de um cálculo de produtividade que pudesse estar vinculado a diferenças educacionais, mas culturalmente construído e aceito, somado a um processo histórico de recuperação da riqueza acumulada após os choques do século XX, o qual começa a produzir fortunas que tendem a ser mais bem remuneradas em função de seu tamanho e que serão transmitidas por herança em um ambiente global em que o crescimento econômico é menor que a taxa de retorno do capital. Delimitado o problema e localizadas as suas causas, tornar-se-ia necessário encontrar uma solução para bloquear esse processo.

Para Piketty (2014), a solução tem de superar a discussão político-ideológica entre os adeptos do antimercado e os atores antiestado porque o Estado permanece importante para manter o Estado social, mas só consegue fazê-lo se estiver alicerçado em um Estado fiscal. O Estado social é fundamental para lidar com questões sensíveis, como educação e aposentadoria. O desafio é conseguir os recursos para mantê-lo, que viriam da tributação sobre a renda, sobre o capital ou sobre ambos.

O imposto sobre a renda da camada mais rica reduziria o impacto dos supersalários. A tributação do capital manteria de pé o edifício do Estado social. A tributação

sobre o capital, como a da renda, deveria ser progressiva, sobre todo o patrimônio e, conforme sugere o autor, atingir aqueles que possuem riqueza maior que um milhão de euros. Salienta, ainda, que a tributação sobre o capital seria a melhor solução para a redução da dívida pública comparada às existentes – a saber, a inflação e a austeridade fiscal –, que afetam fortemente os mais pobres. Conclui indicando a utopia da proposta: por não haver um sistema de controle global sobre o capital e a presença de paraísos fiscais que o disputam, torna-se difícil, sem um acordo global, sua captura (Piketty, 2014).

O que é interessante e, a nosso ver, contraditório na análise pikettyana é que, após centenas de páginas, muita informação numérica, séries milenares e a apresentação de uma proposta de solução para o problema da desigualdade, uma das causas que sustentaria o aumento da desigualdade nos países centrais do capitalismo, o surgimento dos hiperexecutivos com seus supersalários, é apresentada a partir de uma explicação cultural. Em vários trechos do texto, Piketty (2014, p. 559) enfatiza que a economia é uma ciência social e chega a desafiar os demais cientistas sociais a terem coragem para enfrentar os números e deixar de “se contentar em dizer que cada estatística é um construto social – o que é sempre verdade –, mas uma solução insuficiente”.

Entendemos que esse desafio seria o equivalente ao que o próprio autor enfrentou, isto é, um economista encarar as ciências sociais, que ele demonstra tanto admirar. Entretanto, apesar de enfatizar esse caráter de ciência social da economia, a explicação cultural dos supersalários nos parece frágil pelo fato de ele não ter considerado dois temas muito caros às ciências sociais: a divisão do trabalho e a mudança tecnológica.

No nosso entendimento, para além da aceitação cultural proposta por Piketty, esses dois fatores teriam contribuído de maneira importante para o aumento da desigualdade, posto que promoveram o aumento das rendas do trabalho para o grupo dos superexecutivos. Antes de prosseguirmos, vejamos como os comentadores de Piketty analisam e criticam sua obra, para ver se citam a questão da divisão do trabalho e da tecnologia.

## A visão dos comentadores

Em geral, as críticas ao trabalho de Piketty se dividem em três eixos. O primeiro diz respeito a uma abordagem mais sociológica, que tenta relacionar a desigualdade econômica de Piketty a formas contemporâneas de se enxergar o tema, ligadas às pautas identitárias, tentando empacotá-las como ou criadas ou alavancadas ou escondidas pelo capitalismo. É nessa linha que vai o trabalho de Caprara (2017), que, por meio de uma leitura de autores como Pierre Bourdieu e Jessé Souza, aponta que sistemas de reprodução da desigualdade social ocultam uma luta de classes

invisível até para leituras marxistas, e caberia aos estudos sobre desigualdade incluir essa discussão em sua agenda.

Nessa mesma categoria, pode ser inserido o texto de Sousa (2019), que enfatiza, em sua crítica, a não inserção das lutas sociais do século XX, materializadas no papel dos sindicatos e movimentos sociais, como elementos que atuaram para a redução das desigualdades. Embora o livro relatasse uma greve ocorrida na África do Sul que resultou em aumento de salário dos trabalhadores, pouco ou nada foi explorado por Piketty a esse respeito. Questiona ainda se Piketty teria trazido explicações suficientes a respeito da crise do capital.

O segundo eixo de críticas à obra de Piketty diz respeito a questões metodológicas. Marques e Leite (2016) apontam que o livro de Piketty apresenta falhas metodológicas que comprometem a qualidade de seu trabalho. Enquadram-se, nessa categoria, defeitos conceituais, bases de dados discutíveis e simplificações. O texto concentra-se na crítica que autores marxistas, como David Harvey, Yanis Varoufakis, Robert Boyer, Alain Bihl e François Chesnais fizeram sobre o livro à época do lançamento. Em geral, esses autores criticam o fato de Piketty diminuir a importância do conflito capital *versus* trabalho e a dimensão histórico-relacional do capital e, por causa disso, teria naturalizado, sem explicar, determinados achados, como o fato de “r” ser um dado, em vez do resultado do processo de exploração sob a ótica marxista (Marques; Leite, 2016).

Parece-nos que essa disputa é uma luta no interior do marxismo. Boyer é da Escola da Regulação Francesa, e Piketty passa distante das explicações fordistas-keynesianas dessa escola. Piketty (2014), por exemplo, afirma que o sucesso dos “30 Gloriosos” não pode ser atribuído a nenhuma escola econômica específica porque as condições eram tais que qualquer política econômica funcionaria naquele período. Isso, a nosso ver, derruba a ideia de regime de acumulação presente na teoria da regulação e, portanto, justificaria críticas por parte de alguns de seus representantes, como Boyer.

Os marxistas se incomodaram com o título do livro, por remeter à obra de Marx sem que Piketty utilizasse o referencial marxista, já que nem sequer teria lido *O Capital*, o que deixa margem para criticarem o seu conhecimento a respeito do vocabulário básico de Marx e até o fato de Piketty atribuir a Marx termos não presentes em *O Capital*, como o chamado princípio da acumulação infinita (Marques; Leite, 2016).

Dentre os problemas metodológicos mais graves, destaca-se a simplificação feita na definição de capital por Piketty, que colocou na mesma cesta o capital financeiro, o capital residencial, o capital profissional e até o que seria o capital do Estado, como hospitais e escolas. Essa simplificação complicaria muito suas descobertas, pois essas formas se rentabilizam de maneira diferente, e o capital se desenvolve a partir de tipos específicos de patrimônios, e não a partir de todas as suas formas (Marques;

Leite, 2016). Portanto, várias explicações pertinentes à relação capital/renda que Piketty apresenta podem estar equivocadas.

Como exemplo de erros, Marques e Leite (2016) citam: (i) os resultados de Piketty diferem do estudo elaborado por Michel Husson, pois o valor da terra na França e em outros países europeus aumentou muito entre 1998 e 2008, o que faz com que, quando desconsiderado o valor da terra, os resultados entre as pesquisas sejam divergentes; (ii) Piketty não analisa a transfiguração do capital em seu aspecto financeiro a partir dos anos 1980, o qual possui, segundo Chesnais, formas de valorização fictícias e, por causa disso, seria um erro metodológico grave colocá-lo na mesma bacia de terras, imóveis e outros moldes de capital; (iii) nessa mesma cesta, Piketty coloca o capital do Estado, que, pela própria teoria marxista, não influencia o processo de valorização.

Além disso, as bases de dados utilizadas por Piketty são criticadas por colocar, no mesmo gráfico, desde o ano zero até 2200. Dados antigos não são considerados confiáveis e as condições históricas não permitem que estejam no mesmo quadro, a menos que as condições anteriores estivessem presentes e permanecessem no futuro. Como isso não ocorre, as previsões podem não se efetivar (Marques; Leite, 2016).

Outro problema metodológico apontado pelos autores diz respeito à existência de dados suspeitos. Nessa subcategoria, enquadram-se desde “erros de digitação, como técnicas de amostragem subótimas; múltiplos ajustamentos dos números não explicados; uso de dados sem fontes; não explicação do uso de diferentes períodos de tempo; e uso inconsistente de fontes de dados” (Marques; Leite, 2016, p. 700).

Piketty respondeu a essas críticas e ganhou alguns apoiadores, como Paul Krugman. Essa mudança de postura dos críticos pode estar associada a uma visão geral de que o tema desigualdade é importante e ataques poderiam inviabilizar a discussão (Marques; Leite, 2016). Interpretamos esse apoio como um rearranjo no interior do marxismo. Conforme Marques e Leite (2016), a obra de Piketty tem um caráter midiático, o que também foi apontado por Varoufakis. Nery, Tafner e Fraga (2019) que chegaram a citar o termo “lacroeconomia” ao se referir à obra de Piketty, por considerarem suas análises, particularmente os seus comentários sobre a reforma da Previdência brasileira ocorrida em 2019, como “afirmações de efeito” para causar impacto nas redes sociais em vez de promover debates sérios sobre a economia.

Fraga Neto (2019), por sua vez, afirma que, apesar de a reforma da Previdência ser insuficiente para resolver a questão da desigualdade no Brasil, ela é parte de um conjunto que ainda englobaria a eliminação de subsídios e a reforma do Estado. O texto de Fraga Neto tropicaliza e complexifica o problema por trazer questões específicas da realidade nacional que impedem que o tema da desigualdade dos países seja tratado da mesma forma.

Uma terceira linha de críticas ao trabalho de Piketty pode ser categorizada como filosófica. Segundo Dubay e Furth (2014), Piketty não dá uma explicação plausível

a respeito da ideia de que um aumento de riqueza seria danoso e que levaria ao surgimento de plutocracias. Um aumento da participação da parcela do capital na renda total seria, para Piketty, a marca do capitalismo, quando, na verdade, derivaria do processo de globalização, que apresentou ao mundo massivas quantidades de trabalho na China e mudanças tecnológicas. Apontam que a teoria de Piketty despreza o fato de que teria sido a geração de riqueza no capitalismo o que permitiu que grandes contingentes populacionais conseguissem superar a pobreza.

Com filosofia inconsistente e método inadequado, os autores apontam que pouco da teoria de Piketty poderia ser aproveitada por formuladores de políticas públicas para diminuir a desigualdade. Indicam que uma taxação sobre o capital seria desastrosa. Entendem que Piketty enfatiza a distribuição em vez da produção da riqueza e que não comprehende os danos na esfera produtiva que essa taxação imporia. Lembram, ainda, que regimes fascistas e comunistas se fortalecem não quando a riqueza está crescendo, mas quando está diminuindo (Dubay; Furth, 2014).

É exatamente da crítica de Dubay e Furth (2014), que consideram a globalização e a mudança tecnológica os pilares que sustentam o aumento da participação da parcela do capital na renda total, que partiremos. Apesar de nem esses, tampouco os demais críticos terem enfatizado as mudanças na DIT, o tema da globalização é complementar e traz pontos que reforçam nossa tese, que discutiremos a seguir.

## A divisão do trabalho

A divisão do trabalho é um conceito central das ciências sociais e um dos pilares que suportam a modernidade. É uma instituição que foi tratada por diversos autores e múltiplas visões sobre o tema reforçam sua importância.

A questão da divisão do trabalho começa na economia com Adam Smith. Seu livro *A riqueza das nações* é um texto peculiar porque, já em seu primeiro parágrafo, resume toda a obra: “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (Smith, 1996, p. 65).

O foco da visão de Adam Smith repousa na divisão técnica do trabalho, isto é, na fragmentação de uma tarefa em várias subtarefas conduzidas por vários trabalhadores, de forma que cada operário faça uma parte específica dela e, assim, adquira destreza e habilidade para produzir muito mais do que se fizesse sozinho (Smith, 1996).

A visão de Karl Marx é diferente. A fábrica já não era a mesma da época de Smith e, mais que uma simples divisão parcelar de tarefas, a máquina já impunha sua força.

Em função disso, para Marx, não seria a divisão do trabalho que promoveria o desenvolvimento das forças produtivas, mas o contrário, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas – a tecnologia e os saberes – é que determinaria a divisão do trabalho (Marx; Engels, 2001).

Se, para Smith, a divisão do trabalho era o motor da riqueza das nações, para Marx, ela era o resultado do controle das forças produtivas pelos capitalistas. Esse controle se desdobraria não apenas no fazer, mas por todo o tecido social, por meio de um conjunto de diferenciações sociais que formatariam a sociedade da maneira como estava estabelecida a produção, incluindo o controle da estrutura sociopolítica e as representações sociais das esferas jurídica e cultural, dando forma à consciência dos indivíduos (Marx; Engels, 2001).

Há outros dois pontos importantes da divisão do trabalho para Marx: o primeiro é que o fracionamento das tarefas promoveria a alienação do trabalhador, pois perder-se-ia o controle da execução da tarefa para atender às demandas do capitalismo (Marx, 2008); o segundo, possivelmente dialogando com David Ricardo, diz respeito ao fato de que a relação entre nações depende do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho em que se encontram (Marx; Engels, 2001). Se, para Smith, a divisão do trabalho estava no interior da fábrica, para Ricardo, ela existia entre países: cada país deveria se especializar de forma que a produção total combinada pudesse ser maior, o que traria benefícios para todos (Hunt, 2005).

Entretanto, esse comércio privilegia apenas alguns países. Segundo Prebisch (1962), há um notável desequilíbrio na troca entre países com níveis diferentes de complexidade da divisão do trabalho, então a industrialização dos países periféricos é uma necessidade urgente. Mudanças de produtividade e renda tendem a beneficiar os países industrializados, ou seja, voltamos à questão levantada por Smith: permanece sendo a divisão do trabalho na esfera produtiva o que promove o enriquecimento das nações? A questão, portanto, é compreender se as mudanças na DIT teriam correlação com o aumento da desigualdade apontada por Piketty ao longo da história.

## Cronologia da desigualdade

Ao analisar a participação na renda nacional dos 10% mais ricos nos EUA e a relação capital/renda da Europa Ocidental, Piketty (2014) apresenta dados desde o final do século XIX, mas não discute o momento em que essa desigualdade teria se formado. Entendemos que é complicado utilizar o período do pós-guerra do século XX para medir a convergência, uma vez que, como afirma Piketty, durante os “30 Gloriosos”, qualquer política econômica funcionaria dadas as condições estruturais presentes.

Assim, para compreender a dinâmica da desigualdade, é necessário partir de um período estável para localizar o ponto de mutação. Entendemos que o gatilho da desigualdade é a mudança tecnológica e, por conseguinte, tomaremos como referência a Primeira e a Terceira Revolução Industrial para demonstrá-lo. Não utilizaremos a Segunda Revolução Industrial pelo fato de ela ter se deparado com duas guerras mundiais, o que inviabiliza tomá-la como referência no estudo.

Tendo em vista que, até a Primeira Revolução Industrial, a diferenciação entre os países europeus era mínima em relação ao resto do mundo, Acemoglu e Robinson (2012, p. 84) afirmam categoricamente que se encontram, nesse evento, “as bases da prosperidade que nós vemos nos países ricos do mundo hoje. Centrado em uma série de mudanças tecnológicas inovadoras na energia a vapor, transporte e produção têxtil”<sup>4</sup>.

Se considerarmos que o aumento da desigualdade está relacionado a uma maior participação da renda do capital na renda nacional, Piketty (2014, p. 197)<sup>5</sup> indica que, entre 1770 e 2010, há quatro períodos que invertem a tendência de crescimento desse indicador, ou seja, passa a haver um aumento da participação da renda do capital na renda nacional. Isso ocorreu em 1790, 1890, 1920 e 1970. O que ocorreu nessas datas?

Em 1790, surgiu a Primeira Revolução Industrial; em 1970, a Terceira Revolução Industrial. Os anos de 1890 e 1920 estão cobertos pelo período da Segunda Revolução Industrial e, por isso, não serão discutidos, pelos motivos já apresentados. Ao perceber que, no início da Primeira e da Terceira Revolução Industrial ocorreu uma inflexão positiva na participação da renda do capital na renda nacional, pode-se afirmar que a mudança tecnológica promoveu desigualdade ou, no mínimo, que há correlação entre desenvolvimento tecnológico e desigualdade.

Entretanto, Piketty (2014, p. 28) não acredita que a tecnologia por si só promoveria a desigualdade atual, pois não aceita o que chama de “hipótese do capital humano crescente”, ou seja, uma sociedade em que o aumento da tecnologia demandasse profissionais mais capacitados, que teriam rendimento maior e, portanto, divergente. Piketty (2014, p. 98) chega a menosprezar a importância das tecnologias da informação ao afirmar que “trazem melhorias menos significativas para a produtividade do conjunto da economia” quando comparadas às das revoluções industriais anteriores, como a máquina a vapor e a eletricidade.

Piketty (2014) revela que a estagnação do crescimento das nações em torno de 1,5% a.a. pouco tem a ver com a tecnologia da Terceira Revolução Industrial, que, para

---

<sup>4</sup> Livre tradução de “the foundations of the prosperity we see in the rich countries of the world today. It centered on a series of pathbreaking technological changes in steam power, transportation, and textile production”.

<sup>5</sup> Essa informação está presente no Gráfico 6.I do livro.

ele, está presente de maneira equivalente nos países desenvolvidos. Ao analisar a causa do surgimento dos supersalários nos EUA, ele descarta a mudança tecnológica por vê-la disseminada de maneira geral. As causas reais, portanto, teriam sido institucionais e relacionadas a cada país.

A ideia de Piketty (2014, p. 325) é a de que a tecnologia desses países estava no mesmo nível e, desse modo, só uma causa específica e localizada poderia explicar a disparidade dos salários entre os dois lados do Atlântico: uma tolerância cultural norte-americana, que teria permitido o surgimento desses grandes salários, o que facilmente se alicerçaria em um “extremismo meritocrático” aceito por aquela nação. Como as tecnologias utilizadas nos EUA, na Europa Ocidental e no Japão estão no mesmo patamar e a produtividade do mundo rico opera de maneira parecida, não faria sentido o surgimento dos supersalários, posto que a tecnologia e a produtividade são as mesmas nesses países.

Entendemos que, nesse ponto, podemos contribuir com a discussão. À semelhança de Marx, para quem a tecnologia só estava presente no processo produtivo (Gomes; Souza; Hayashi, 2011), Piketty compartilha da ideia de que a tecnologia só se encontra no processo e, por conseguinte, na produtividade, mas ela está presente nas mercadorias, e isso faz toda a diferença na hora de se determinar o salário dos executivos.

Diferentemente do tempo de Marx, em que a tecnologia estava presente basicamente na substituição do trabalhador pela máquina ou por meio de processos produtivos mais eficazes, obtidos pela divisão técnica das tarefas, hoje a tecnologia está no próprio artefato, que, em geral, foi desenvolvido por empresas norte-americanas durante a Terceira Revolução Industrial.

Embora a tecnologia tenha se espalhado de maneira equivalente entre as potências ocidentais, a tecnologia que se espalhou foi a norte-americana. Estamos falando de computadores, telefones celulares e equipamentos de áudio e vídeo na forma de bens de consumo duráveis. Dificilmente encontrar-se-á alguma empresa europeia à frente desses produtos que seja uma referência global. A única exceção nesse período talvez tenha sido a Nokia, fabricante de telefones celulares, mas que perdeu fôlego por não compreender a dinâmica do negócio e ter demorado para entrar no mercado de *smartphones*. Apesar da ausência europeia, há diversas empresas asiáticas que surgem nesse segmento, tanto na esfera da produção, quanto na de desenvolvimento de produto, o que evidencia uma mudança significativa na DIT.

A Primeira Revolução Industrial criou a primeira potência econômica da modernidade em um cenário de igualdade entre a riqueza das nações ao final da Idade Média. A Terceira Revolução Industrial, em um primeiro momento, concentrou o polo criativo de suas tecnologias nos EUA e o centro produtor na Ásia. Em uma segunda etapa, promoveu o fracionamento do polo criativo, posto que a Ásia ganhou espaço dos EUA no desenvolvimento desses artefatos.

Entendemos que, pelo fato de não considerar a tecnologia como um elemento diferenciador, Piketty não comprehende a ascensão dos supersalários e atribui a sua causa a uma questão cultural. Os supersalários surgem à medida que essa nova tecnologia começa a mostrar sua importância e passa a valorizar o salário de seus executivos, um fenômeno que não ocorreu na Europa, que ficou à margem desse desenvolvimento.

Enquanto a Primeira Revolução Industrial nos apresentou a Inglaterra e a Segunda Revolução Industrial a força dos EUA e da Europa Ocidental, a Terceira Revolução Industrial manteve os EUA como referência técnico-econômica, promoveu a Ásia a centro de produção e, depois, de desenvolvimento e escanteou a Europa desse processo.

Essa dinâmica promoveu mudanças intracontinentais. Nos anos 1970, o Japão era referência asiática em tecnologia. Hoje o Japão é referência nos artefatos da Segunda Revolução Industrial, como automóveis, mas perdeu importância diante da China e da Coreia do Sul na tecnologia dos *smartphones*, computadores e derivados. O Japão enfraqueceu-se na tecnologia da Terceira Revolução Industrial, o que pode ser demonstrado no fato de a quantidade de empresas japonesas ter encolhido na lista da Fortune Global 500 (FG500), tendo diminuído de 148 empresas em 1995 para 64 empresas em 2007 e 52 empresas em 2019 (Fortune, 2020).

Vale notar que o crescimento da China, de duas empresas em 1995 para 29 empresas em 2007 e 103 empresas em 2019 na lista da FG500, não se deu apenas no setor de tecnologia, com o surgimento de empresas como Huawei, Lenovo, Tencent e Xiaomi. O setor de energia representado por Sinopec (2º lugar FG500), China National Petroleum (4º lugar FG500) e State Grid (5º Lugar FG500), além da aparição de grandes bancos, demonstra como toda a economia foi alavancada a partir da tecnologia (Fortune, 2020).

Além do Japão, os dados da FG500 indicam que reconhecidas potências europeias, como França, Grã-Bretanha e Alemanha, perderam espaço econômico significativo, o que pode ser medido pela perda de importância de suas maiores companhias na economia global e pela diminuição da quantidade de empresas entre as maiores do mercado. Vejamos um caso que ajuda a medir o impacto dessas mudanças na formação dos salários dos executivos.

A Motorola, criadora do telefone celular, esteve à beira de extinguir essa unidade de negócios devido ao mau posicionamento no mercado após ter sido líder por anos, quando optou pela divisão da empresa em duas (Motorola Inc, 2009). Para a divisão de celulares, que veio a ser chamada de Motorola Mobility, contrataram como co-CEO Sanjay Jha, um executivo da Qualcomm, empresa norte-americana referência na área de telecomunicações. Desde o anúncio de sua chegada em agosto de 2008 (Topolsky, 2008) até a efetiva separação das duas empresas em janeiro de 2011, seus esforços foram voltados ao reposicionamento da marca no mercado (Motorola Inc,

2011). Esse fenômeno de reposicionamento não ocorreu com a Nokia, o que ajuda a explicar sua queda.

Ao assumir a Motorola Mobility, a empresa detinha 7% do mercado norte-americano, sendo que deteve 60% em 1994 (Mui, 2012). Em 2010, reduziu a perda líquida por ação em 94% comparada ao ano anterior (Motorola Inc, 2011) e, ao final do ano, às vésperas da divisão oficial na bolsa de valores, as ações da futura Motorola Mobility eram efetivamente negociadas a US \$3.13 (Bary, 2010). Cerca de oito meses depois, foi anunciada a venda da Motorola Mobility para o Google, com o valor da ação negociado a US \$40 (Singh, 2015), ou seja, uma valorização de mais de dez vezes. Mui (2010) aponta ainda que, no período em que esteve à frente da empresa, praticamente duplicou a capitalização da Motorola Mobility.

Nesse processo, Sanjay Jha viu sua riqueza aumentar, o que certamente o coloca no topo das maiores rendas do trabalho nos EUA. Com a venda da Motorola para o Google, recebeu mais de 60 milhões de dólares entre dinheiro, ações e *stock options* (Associated Press, 2011). O que essa narrativa evidencia é que seus ganhos não estão relacionados a algo puramente cultural, mas são resultados de um trabalho que decuplicou os valores das ações da empresa, dobrou sua capitalização e certamente agradou muito aos acionistas.

Nesse contexto, o que é importante considerar é que, apesar de esse caso ter ocorrido no interior de uma empresa da tecnologia da informação, o mercado de trabalho dos executivos é imbricado e nada impede que uma empresa do setor de tecnologia contrate um executivo, por exemplo, da área de energia. Foi o que ocorreu na própria Motorola, quando, em 2000, contratou Mike Zafirovski, oriundo da General Electric, que permaneceu na empresa até 2005 (Forbes, 2005). Isso justifica o surgimento dos supersalários de maneira generalizada em vez de ficar concentrado em um único setor, dada a capacidade dessas empresas de atrair executivos de outras áreas.

Assim, o caso Motorola nos ensina três lições. A primeira é que o setor da TIC tem uma capacidade única de promover e destruir competidores em curtos espaços de tempo. Pequenos erros de avaliação são punidos com a desaparição do negócio, como o ocorrido com a Nokia, enquanto acertos são recompensados com mudanças significativas nos valores das ações, o que tende a valorizar o ganho desses executivos.

A segunda é que esses executivos transitam entre empresas de diversos segmentos, o que acaba por elevar os salários dos executivos como um todo. Isso não está associado à produtividade marginal, mas ao ganho real em unidades financeiras derivado da capacidade desses executivos de transformar a organização, algo que vai além da esfera meramente produtiva e separada de questões puramente culturais.

A terceira lição é que, nesse caso, Piketty está correto. É um fenômeno que ocorre no mundo anglo-saxão, ainda que Mike Zafirovski seja oriundo da Iugoslávia e Sanjay Jha seja indiano, como são hoje os CEOs da Microsoft e do Google,

respectivamente Satya Nadella e Sundar Pichai. E a causa está, como vimos, muito além da cultura, mas também no fato de as empresas de tecnologia terem se concentrado nos EUA em vez de na Europa.

Dessa forma, ainda que Piketty procure evidenciar o aumento da desigualdade no mundo desenvolvido ocidental, o que, em nosso entendimento, está relacionado à perda de importância da Europa e do Japão na nova economia originada a partir das TICs, ele não cita que a pobreza reduziu extremamente nos países que receberam essa tecnologia, como a China.

Vale salientar que a redução da pobreza da China envolve múltiplas causas e não pode ser associada unicamente à chegada de multinacionais. Estudos apontam que parte da redução da pobreza da China está relacionada ao empreendedorismo alicerçado em pequenas inovações conduzidas por pequenos negócios, muitas vezes impulsionados por uma atitude voltada ao crescimento econômico (Si *et al.*, 2015). Isso, sim, é uma mudança cultural.

Como propõem Acemoglu e Robinson (2012), à medida que se criam e fortalecem instituições voltadas ao desenvolvimento econômico, emerge a capacidade de redistribuição de renda. Foi o que ocorreu na China, que está vencendo a luta contra a pobreza. Nesse ínterim, aumenta a desigualdade na Europa.

## Considerações finais

A finalidade deste trabalho foi analisar criticamente o livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*, e apresentar outra causa para o aumento da desigualdade: a mudança ocorrida na Divisão Internacional do Trabalho.

Piketty indica duas causas fundamentais do ressurgimento da desigualdade no mundo ocidental desenvolvido. A primeira seria o surgimento de uma sociedade hipermeritocrática composta por superexecutivos e aceita culturalmente pelos norte-americanos.

Como procuramos demonstrar, o surgimento dos superexecutivos pode não ser a causa, mas o efeito de uma mudança da DIT que transferiu para novas potências econômicas e tecnológicas, inexistentes até o final do século XX, em um primeiro momento, a manufatura e, em um segundo estágio, o próprio desenvolvimento da tecnologia da Terceira Revolução Industrial. Todo esse desenvolvimento passou à margem da Europa. Esse aumento da importância das empresas da TIC promoveu, nos EUA, uma mudança no perfil de remuneração de seus executivos, que se espalhou por outros setores da economia, elevando os ganhos dessa população.

A outra causa do crescimento recente da desigualdade levantada por Piketty, gerada pelo reaparecimento da transmissão de heranças na Europa, não foi discutida neste trabalho. No nosso entendimento, porém, se ela é alavancada pela força de

divergência “ $r > g$ ”, o baixo “ $g$ ” europeu pode estar relacionado não ao atingimento da fronteira tecnológica como preconiza Piketty, mas, na realidade, ao distanciamento da Europa da capacidade de produzir bens de consumo da TIC, o que enfraqueceu o seu “ $g$ ”, isto é, o crescimento econômico.

Na nossa interpretação, fica patente, na leitura, que o olhar eurocêntrico de Piketty em toda a obra desviou sua atenção da redução de pobreza acentuada na Ásia. A desigualdade, que tanto o preocupa e que também afetou a China, encobre que a mudança na DIT tem transformado a vida de populações inteiras. Ao término do seu livro, fica a impressão de que desigualdade é um problema de sociedades já desenvolvidas que perderam sua capacidade de manter a formação da riqueza. Pobreza é algo diferente e pode ser reduzida com a absorção da tecnologia, como ocorreu com a China, ainda que possa aumentar a desigualdade. Esse ponto abre nova pauta para discussão: a diferença entre pobreza e desigualdade e a relação com o desenvolvimento tecnológico.

A rigor, ficamos com a impressão de que não é a desigualdade o que incomoda Piketty, mas a incapacidade de as classes médias dos países desenvolvidos europeus e norte-americanos manterem as conquistas das gerações anteriores. Vale notar que seu livro surgiu em 2013, na esteira de movimentos como *Occupy Wall Street*, que enfatizam a riqueza do chamado 1% mais rico da população, faixa bem analisada por Piketty na obra.

Nossa interpretação é a de que, por não perceber que essa incapacidade está relacionada à mudança estrutural na DIT, Piketty identifica como solução do problema, a taxação das fortunas desse 1% mais rico, indo ao encontro desses movimentos, o que poderia explicar a força midiática de seu livro. Salientamos que a questão das grandes fortunas merece continuar sendo discutida. Apenas levantamos a hipótese de que ela pode não ter sido totalmente compreendida por Piketty, especificamente na questão dos salários dos superexecutivos.

Quando observamos que até na China, um regime extremamente fechado, a pequena inovação e o empreendedorismo se mostraram um dos motores da transformação do país, ao propor penalizar alguns dos que possuem esse espírito empreendedor, uma vez que na prática será difícil separar o rentista daquele que construiu seu patrimônio a partir das rendas do trabalho, a proposta de Piketty tem o potencial de inibir as forças que atuariam no sentido de promover o crescimento. É uma questão que deixamos aberta e que está sempre presente quando se tenta corrigir o problema sem compreender sua causa e generalizando a solução.

Esse é outro problema, como apreendido a partir da leitura de Fraga Neto. O Brasil, por exemplo, tem questões específicas que precisam de remédios dedicados ao nosso caso. A aplicação de soluções genéricas dissociadas de causas firmemente conhecidas, como propõe Piketty, pode trazer efeitos colaterais que causem ainda mais danos, especificamente na luta contra a redução da pobreza.

Como inovação e empreendedorismo promovem, por sua própria natureza, a diferenciação social, como nos provaram a Primeira e a Terceira Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que promoveram o crescimento daqueles que dominaram sua tecnologia, resta a dúvida se, de fato, a desigualdade de Piketty é um problema como ele afirma. O caso da China nos parece um alerta de que o que é sentido em um lugar não pode ser visto da mesma maneira em outros. Corroborando a afirmação de Dubay e Furth, Piketty está distanciado da esfera da produção e questionamos se penalizar o capital em países pobres, como o Brasil, não aumentaria a pobreza, posto que há risco de desinvestimento nos processos produtivos, nos distanciando ainda mais do desenvolvimento. Salientamos que a intenção aqui é apenas enriquecer a discussão, questionando se soluções genéricas podem ser aplicadas em situações nas quais as condições estruturais se mostram diferentes em cada país.

Impressiona-nos, ainda, a dificuldade de Piketty em compreender a dimensão da tecnologia na mudança econômico-social e não perceber o abismo tecnológico que começa a se colocar entre Europa e Ásia. A Europa, no período de maturidade da Terceira Revolução Industrial, tornou-se mera consumidora de tecnologias em vez de desenvolvedora e produtora de bens de consumo duráveis.

Por fim, entendemos que o trabalho de Piketty vem sendo poupadão de críticas por estar alinhado a correntes políticas que se valem do tema da desigualdade como pilar político. As críticas, em geral, são feitas de maneira superficial em vez de aumentar o leque das possíveis causas estruturais da desigualdade, tema de sua magnífica obra.

## Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail**: the origins of power, prosperity, and poverty. New York: Crown Business, 2012.

ASSOCIATED PRESS. Motorola CEO Sanjay Jha getting \$66 million in Google deal. *In: Business Today*, 15 sep. 2011. News, Management, Leadership.

Disponível em:

[https://www.businesstoday.in/management/leadership/motorola-ceo-sanjay-jha-getting-\\$66m-in-google-deal/story/18699.html](https://www.businesstoday.in/management/leadership/motorola-ceo-sanjay-jha-getting-$66m-in-google-deal/story/18699.html). Acesso em: 18 dez. 2020.

BARY, A. Motorola Unleashed. *In: Barron's*, 18 dez. 2010. Feature. Disponível em:

<https://www.barrons.com/articles/SB50001424052970204804204576025481883247742?tesla=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CAPRARÁ, B. Thomas Piketty e “O Capital no Século XXI”: da economia política à Sociologia contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 44, p. 424-439, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004431>.

DUBAY, C.; FURTH, S. Understanding Thomas Piketty and his critics. In: **The Heritage Foundation**, 12 set. 2014. Report Poverty and Inequality. Disponível em: <https://www.heritage.org/report/understanding-thomas-piketty-and-his-critics>. Acesso em: 18 out. 2020.

FORBES. Zafirovski: another departure at Motorola as president steps down. In: **Forbes**, 12 jan. 2005. Disponível em: <https://www.forbes.com/2005/01/12/0112autofacescan03.html?sh=60b5917d2028>. Acesso em: 18 dez. 2020.

FORTUNE. Fortune Global 500. In: **Fortune**, 2020. Disponível em: <https://fortune.com/global500/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FRAGA NETO, A. Estado, desigualdade e crescimento no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 613-634, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300201900030006>.

GOMES, G. F.; SOUSA, C. M. de; HAYASHI, M. C. P. I. H. Apontamentos para uma leitura CTS da tecnologia em Marx. In: HOFFMANN, W. A. M. (Org.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 209-224.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARQUES, R. M.; LEITE, M. G. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 4, p. 684-703, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n04a02>.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOTOROLA INC. **2008 Annual Report**. Motorola, Inc: Schaumburg, Illinois, 2009. Disponível em: [https://materials.proxyvote.com/Approved/620076/20090309/AR\\_36099/images/Motorola\\_Inc\\_AR2008.pdf](https://materials.proxyvote.com/Approved/620076/20090309/AR_36099/images/Motorola_Inc_AR2008.pdf). Acesso em: 11 nov. 2020.

MOTOROLA INC. Motorola Mobility. **2010 Annual Report**. Motorola Mobility Holdings, Inc: Libertyville, IL, 2011. Disponível em: [https://materials.proxyvote.com/Approved/620097/20110311/AR\\_82265/images/Motorola\\_Mobility-AR2010.pdf](https://materials.proxyvote.com/Approved/620097/20110311/AR_82265/images/Motorola_Mobility-AR2010.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

MUI, C. Lessons from Sanjay Jha's transformation of Motorola. *In: Forbes*, 4 nov. 2012. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/chunkamui/2012/10/17/lessons-from-sanjay-jhas-transformation-of-motorola/?sh=2b192cc06731>. Acesso em: 11 nov. 2020.

NERY, P. F.; TAFNER, P.; FRAGA, A. A lacroeconomia de Piketty. *In: O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 2019. Economia. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-lacroeconomia-de-piketty,70002920302>. Acesso em: 27 out. 2020.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Boletín Económico de América Latina**, Santiago de Chile, v. 7, n. 1, feb. 1962.

SI, S. *et al.* Entrepreneurship and poverty reduction: a case study of Yiwu, China. **Asia Pac J Manag**, v. 32, p. 119-143, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10490-014-9395-7>.

SINGH, N. P. Google bought and sold Motorola Mobility: what it means? *In: International Journal of Business Policy and Strategy Management*, v. 1, p. 13-24, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/30490449/Google\\_Bought\\_and\\_Sold\\_Motorola\\_Mobility\\_What\\_it\\_Means?msclkid=11d7cbf7c80211ecac8de354e946abc0](https://www.academia.edu/30490449/Google_Bought_and_Sold_Motorola_Mobility_What_it_Means?msclkid=11d7cbf7c80211ecac8de354e946abc0). Acesso em: 29 abr. 2022.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. v. I.

SOUSA, A. P. de. Capital, trabalho e crescimento das desigualdades em Piketty. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 42, p. 224-229, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v23i42.47449>

TOPOLSKY, J. Sanjay Jha in at Motorola as co-CEO, handset division chief. *In: Engadget*, 4 ago. 2008. Disponível em: <https://www.engadget.com/2008-08-04-sanjay-jha-in-at-motorola-as-co-ceo-handset-division-chief.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Data de submissão: 09/07/2023

Data de aprovação: 31/01/2025

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

---

*Geovane Ferreira Gomes*

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Avenida Vereador João Rodrigues de Mello, s/n – Jardim Santa Mônica  
79500-000 Paranaíba/MS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1901-9794>

E-mail: [geovane@actto.com.br](mailto:geovane@actto.com.br)